

## **BENVENISTE-SAUSSURE: PARA ALÉM DA ORDEM DO DOIS?**

**Denise Lima Gomes da Silva<sup>1</sup>**

dslima@msn.com

**RESUMO:** Partindo da afirmação de Dufour (2000: 49) de que “na linguística geral a articulação trinitária está marcada desde a origem”, o presente artigo procura responder às seguintes perguntas: seria possível ver sugerida em Saussure uma articulação trina que não seja pela via do referente, como traz Dufour(2000)? E, como podemos pensar em uma articulação trinitária em Benveniste? Para responder tais questões, em um primeiro momento, realizamos uma leitura de Saussure pensando um sistema além das dicotomias, propondo que é pela via da noção de valor linguístico que vemos sugerida em Saussure uma articulação trina. Em Benveniste, na teoria dos pronomes, vemos nascer uma maneira singular de pensamento, como nos mostra Dufour (2000). Pensamos que tanto em Saussure quanto em Benveniste podemos enxergar uma linguística além da ordem do dois. Em Saussure o três encontra-se sugerido, em Benveniste o três é acontecimento, a enunciação é trinitária.

**PALAVRAS-CHAVES:** Benveniste; Saussure; trindade; língua.

### **INTRODUÇÃO**

Em *Os mistérios da Trindade*, Dufour (2000: 21) defende que “a história do ocidente é a história da concorrência entre a ordem do *Dois* e a ordem do *Três*”. É sob axiomas binários e trinitários que o saber ocidental está estruturado. Binariedade e trindade ocupam status diferentes e por mais de dois milênios travam uma luta desigual. Em várias áreas do conhecimento, a binariedade é a forma de pensamento que tem legitimidade. A física é baseada no cálculo binário, o código genético é de natureza binária, as linguagens utilizam operadores binários, nada escapa ao binarismo, o antigo jogo de xadrez é por excelência binário.

Nem mesmo as ciências humanas escaparam a binarização. Dufour(2000) destaca pelo menos duas formas de assujeitamento ao binário. Um primeiro momento sob a espécie da relação de causalidade, como exemplo, o pavlovismo e behaviorismo, e um segundo momento, sob a espécie da relações diferenciais, com o advento do estruturalismo. O

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Letras pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

estruturalismo veio, como diz Dufour(2000: 29), colocar tudo em ordem, "submetido ao operador binário, o objeto - qualquer que fosse ele- tornava-se linguagem", sendo assim, os campos mais profundos e obscuros do homem se tornam inteligíveis.

O esquecimento, então, seria o destino da trindade? O homem trinitário estaria desaparecendo? Não, é tempo de re-encontrá-lo. Dufour (2000) defende que o pensamento trinitário conhece múltiplas atualizações e que a trindade não é apenas restrita ao campo cristão, simbólico e narrativo, mas igualmente identificável em áreas do conhecimento como filosofia, lógica, linguística, clínica. Defende (2000: 49 ) inclusive que "na linguística geral a articulação trinitária está marcada desde a origem. "

A propriedade trina, a qual Dufour (2000: 16) se refere, é uma experiência que o ser falante vivência a todo momento quando evoca um espaço muito comum à espécie humana, o da conversação: "*eu diz a tu histórias que eu obtém dele*", eis aí, irreduzíveis uns aos outros, os termos da trindade. Da mesma maneira que falamos em língua natural, há uma trindade natural que é imanente ao ato de falar. A trindade habita a língua e enquanto sujeitos falantes, somos sujeitos trinitários.

Teixeira (2004: 108) defende que de acordo com Dufour (2000) podemos pensar que as formulações de Benveniste em torno do sistema pronominal e a subjetividade na linguagem subvertem a lógica binária sobre a qual a linguística se fundou, cedendo lugar a outra linguística, constituída por princípios unários e trinitários. "A linguística da enunciação transcende a racionalidade típica da ciência moderna, porque repousa em princípios não binários."

Partindo da afirmação de Dufour (2000: 49) de que "na linguística geral a articulação trinitária está marcada desde a origem", nos perguntamos: seria possível ver sugerida em Saussure uma articulação trina que não fosse pela via do referente, como traz Dufour(2000)? E, como podemos pensar em uma articulação trinitária em Benveniste?

É interessante observar que a reflexão Saussuriana parece priorizar uma linguística fundada em dualidades: língua e fala, sincronia e diacronia, paradigma e sintagma, significante e significado. Pensamos que embora o sistema linguístico saussuriano nos seja revelado a priori pelas dicotomias, não é apenas pelas dicotomias que devemos pensar o sistema. Não acreditamos que este sistema seja fechado si e por si nas dualidades posta a priori. Vemos sempre um Saussure inquieto ao falar da língua. É um sistema aberto, além das dicotomias que encontramos em Saussure.

Quando Saussure (1975: 126), ao refletir sobre a identidade da língua coloca que: "quando em uma conferência ouvimos repetidas vezes a palavra Senhores temos a impressão

que se trata da mesma palavra, no entanto, cada vez que emprego a palavra Senhores, renovo-lhe a matéria, é um novo ato. ”, não estaria falando Saussure(1975) algo que está além da ordem binária *significante e significado*?

É pela noção de valor que nos apropriamos da língua e produzimos sentidos. Quando Saussure (1975) fala que é um ato único cada vez que pronunciamos a palavra Senhores, é pela noção de valor que este ato se concretiza. Por isso, pensamos que além do referente colocado por Dufour (2000), a linguística é marcada desde a origem pela articulação trina pela noção de valor linguístico, para além da ordem do dois, *significado e significante*, instaura-se o valor.

Portanto, discutiremos em um primeiro momento o sistema linguístico saussuriano, tentando ver em Saussure a língua como um sistema além das dicotomias. Em um segundo momento, veremos em Benveniste (1976, 1989) e na releitura proposta por Dufour (2000), o surgimento de uma linguística trinitária, a linguística da enunciação. Embora tenhamos principalmente como aporte as teorias de Saussure, Benveniste e Dufour, outras contribuições foram evocadas, cuja leitura se apresenta indispensável para o andamento deste trabalho.

## **1 O SISTEMA É TRINO?**

A língua, tal com pensada por Saussure, longe de ser um objeto homogêneo apresenta-se como um objeto constitutivamente heterogêneo. Para Saussure (2004: 197) “a ideia de que as coisas da língua devam se expor através de uma via una e constante é a mesma ideia falsa que leva a supor que a própria língua é uma coisa una”.

Em Saussure (2004) o valor exprime melhor do que qualquer outra palavra a essência da língua: o fato de que uma forma não significa, mas vale, e se ela vale, ela implica na existência de outros valores. Sendo assim, aquilo que faz a identidade de uma rua demolida e reconstruída novamente não é o seu aspecto material, mas sim o fato dela ter o mesmo valor.

Partindo do CLG, vemos que a noção de valor aparece distinta da de significação. O CLG traz uma oposição entre valor e significação, deixando bem claro que a significação não é o valor. O conceito de uma palavra, diz Saussure (1975: 134), somente é determinado pelo “concurso do que existe fora dela”. Sendo parte de um sistema, a palavra “está revestida de uma significação e de um valor e isso é coisa muito diferente”.

No CLG, Saussure (1975) afirma que a significação é a contraparte da imagem acústica. A significação está na instância da relação interna do signo, na ordem de tudo aquilo que se passa entre a imagem acústica e o conceito. Tomando o exemplo da palavra *julgar*,

Saussure (1975) explica que dizer que um conceito *judgar* está unido à imagem acústica *judgar*, representa a significação.

Saussure também (1975) coloca que na língua todos os termos são solidários, então o signo, resultante da união entre significado e significante, será de igual modo a contraparte de outros signos da língua, o valor então resulta da relação entre signos, emana da presença simultânea de outros signos. O valor é a contraparte dos termos coexistentes. Saussure (1975: 135) afirma que o “valor de um termo está determinado por aquilo que o rodeia, nem sequer da palavra que significa *sol* se pode fixar imediatamente o valor sem levar em conta o que lhe existe em redor, línguas há em que é impossível dizer ‘*sentar-se ao sol*’”. O valor de um termo, então, pode se modificar sem que se altere a significação, apenas pelo fato de um outro termo com quem se relacione tenha sofrido alguma modificação.

Entretanto, podemos perceber que esta distinção trazida pelo CLG não aparece de maneira incisiva em textos originais. Nos textos, valor e significação ora se assemelham, ora se distinguem.

Conforme as anotações de Riedlinger (1969), Saussure coloca que o valor não é a significação. O valor é dado além da significação, pela relação que mantém com os outros termos, pela situação recíproca entre os termos. O valor de uma palavra apenas é determinado por aquilo que a rodeia. A noção de valor então aparece distinta da noção de significação da mesma forma que está no CLG.

De acordo com as anotações de Dégallier (1969), Saussure, retomando a figura do signo linguístico, indica que a significação é a contraparte da imagem acústica. Entretanto, logo em seguida observa que a significação que aparece no primeiro momento como a contraparte da imagem acústica é ao mesmo tempo a contraparte dos termos coexistentes. Levando em consideração que o valor de uma palavra resulta somente da coexistência de diferentes termos, então pergunta Saussure: poderia o valor se confundir com a contraparte de imagem acústica? Ou seja, com a significação? Saussure coloca que as duas relações são muito difíceis de distinguir

A mesma preocupação é demonstrada por Saussure nas anotações de Constantin (1993) em que coloca que a significação como a contraparte da imagem acústica e a significação como contraparte de termos coexistentes se confundem e que é muito difícil em quaisquer domínios dizer em que consiste o valor. Vemos que valor e significação assumem as mesmas características e aparecem enquanto sinônimos.

Ainda nas anotações de Constantin (1993) vemos Saussure delimitar a noção de valor dizendo que o valor é determinado por um princípio paradoxal. O valor é constituído: 1) por

uma coisa dessemelhante que podemos trocar; 2) por uma coisa semelhante que podemos comparar. Estes dois elementos são essenciais na noção de valor. Tomando o exemplo da moeda de 20 francos, Saussure explica que seu valor está numa coisa dessemelhante que pode ser trocada, como por exemplo, pão; e uma coisa semelhante que pode ser comparada, como por exemplo, com outras moedas de um franco, dois francos. O valor seria a contraparte de uma, ao mesmo tempo em que seria a contraparte da outra.

Conforme Godel (1969), em Saussure, a complexidade da noção de valor linguístico consiste no fato de que o valor depende de três tipos de relações: uma relação interna do signo; uma relação dos termos *in absentia* e uma relação dos termos *in praesentia*. As duas primeiras relações são consequências da arbitrariedade e acontecem no eixo paradigmático e a última é consequência do caráter linear da língua e acontece no eixo sintagmático.

A relação *in praesentia* é aquela que acontece no eixo sintagmático, entendendo o sintagma como tudo aquilo que é da competência do caráter linear da língua, espacial e temporal. As palavras se alinham uma após outra, em uma única extensão, em uma única dimensão tempo espacial, mantendo entre si uma relação de oposição.

Em Godel (1969), Saussure não faz a separação entre as relações *in absentia* e *in praesentia*, o valor existe e é determinado de acordo com os dois eixos concomitantemente, o valor de uma palavra resultará sempre do agrupamento paradigmático e do agrupamento sintagmático. Saussure assim coloca:

unidades de associação (grupos no sentido de famílias)	e	unidades discursivas (grupos no sentido de sintagmas)
---	---	--

Na unidade de um grupo de associação (dominas, domino, désireux, malheureux, chanceux... ) há sempre um elemento variável e um elemento constante. [...] um sintagma, ao contrário, comporta uma ordem, um seqüência linear, qualquer que seja sua grandeza (palavra analisável, composta, frase). O mecanismo consiste em empregar tipos de sintagmas que temos em mente, pondo em jogo os grupos de associação para aportar a diferença desejada. [...] Todo valor resulta desse duplo agrupamento. (Godel, 1969: 72) ( tradução nossa)<sup>2</sup>

Portanto podemos perceber que o valor de uma palavra é determinado por uma relação paradigmática, mas também, e ao mesmo tempo, por uma relação sintagmática, o valor então seria fruto da interseção destes dois eixos.

Saussure (2004) é bastante enfático na ideia de que o valor de um termo nunca está

---

2 des unités d'association (groupes au sens de familles) et des unités discursives (groupes au sens de syntagmes). Dans l'unité d'un groupe d'association (dominus, domino; désireux, malheureux, chanceux), il y a toujours un élément variable et un élément constant. [...] Un syntagme, au contraire, comporte un ordre, une suite linéaire, quelle qu'en soit l'ampleur (mot analysable, composé, phrase). Le mécanisme consiste à employer des types de syntagmes que nous avons en tête, en faisant jouer les groupes d'association pour amener la différence voulue [...] Toute valeur résulte de ce double groupement.

totalmente determinado, os termos são pela relação de diferença e oposição que mantém no sistema da língua.

Saussure (1975) explica que se as palavras fossem encarregadas de representar previamente os conceitos, cada uma delas possuiria, de uma língua para a outra, correspondentes exatos, mas isto não acontece. Para Saussure (1975) aquilo que emana do sistema da língua não são ideias dadas de antemão, mas sim valores “puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica é ser o que os outros não são”. (SAUSSURE, 1975: 136).

### **1.1 A DINÂMICA DA LÍNGUA**

O princípio da diferença segundo Saussure (1975) é tão essencial que pode ser aplicado a todos os outros elementos materiais da língua, inclusive aos fonemas. Saussure (1975) explica que cada idioma compõe suas palavras baseado em um sistema de elementos sonoros. Cada um destes elementos forma unidades que são delimitadas. No entanto, aquilo que caracteriza os fonemas não é a sua qualidade própria e positiva, mas sim o fato de não se confundirem entre si, assim, “os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas”. (SAUSSURE, 1975: 138)

A noção de valor linguístico nos faz compreender a língua enquanto sistema completamente desprovido de substância, funcionando apenas como formas que se definem pela pura diferença. Entretanto, podemos observar que a noção da língua que funciona pela diferença é marcada em Saussure por uma certa positividade.

No CLG Saussure (1975: 139) considera que na língua existem apenas diferenças sem termos positivos. “Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema”.

No entanto, Saussure (1975: 139) alerta que o signo tomado em sua totalidade é considerado um fato positivo e que “dizer que na língua tudo é negativo só é verdade em relação ao significante e ao significado tomados separadamente: desde que consideremos o signo em sua totalidade, achamo-nos perante uma coisa positiva em sua ordem. ”. De Mauro (1995) observa que esta passagem é de grande importância teórica, pois ao dizer que o signo é uma entidade positiva Saussure o coloca como uma entidade concreta.

Saussure (1975) acrescenta ainda que quando se compara os signos entre si (termos

positivos) não se pode mais falar de diferença, mas sim de oposição. Observamos que ao distinguir *diferença* de *oposição*, Saussure (1975) considera que a relação existente entre significado e significante acontece por diferença e a relação entre um signo e outro acontece por oposição.

Silveira (2003: 56) referindo-se a estas passagens do CLG observa que:

é preciso notar que em determinado momento, a diferença é dada como propriedade dos elementos linguísticos, embora a diferença só se constitua em uma relação, já no outro momento, trata-se da diferença unicamente enquanto relação e na possibilidade de haver distinção. Ou seja, pode ser uma relação de diferença ou de oposição sem com isso alterar a propriedade do que está em um ou outro tipo de relação.

O signo considerado em sua totalidade é uma coisa positiva, fruto da combinação da relação de diferença entre o significante e o significado. Tomado no sistema da língua, o signo mantém com os outros signos uma relação de oposição. Diferença e oposição não são da mesma natureza, mas constituem o signo, “a primeira se sustenta no princípio da negatividade (ser o que os outros não são), a segunda requer alguma positividade para que haja oposição.” (Silveira, 2003: 57).

No entanto, embora constituam relações distintas, percebe-se que a relação de oposição entre os signos conserva a propriedade da negatividade. Tal concepção se torna clara quando Saussure (2004: 68) analisando a questão da negatividade da sinonímia dá o seguinte exemplo:

O *sol* parece representar uma ideia perfeitamente positiva, precisa e determinada, assim como a palavra *lua*: entretanto, quando Diógenes diz a Alexandre “Sai da frente do meu *sol*!”, não há mais, em *sol*, nada de *sol* a não ser a oposição com a ideia de *sombra*, e a própria ideia de *sombra* é apenas a negação combinada da ideia de *luz*, de *noite fechada*, de *penumbra*, etc, acrescentada à negação da coisa iluminada com relação ao espaço obscurecido. Retomando a palavra *lua*, pode-se dizer a *lua aparece*, a *lua cresce*, a *lua decresce*, a *lua se renova*, semearmos na *lua nova* (...)

Saussure observa que (2004: 68-69) tudo o que “pomos em lua é absolutamente negativo, vindo apenas da ausência de um outro termo”. Não é a ideia positiva contida em lua ou sol, em água, ar ou árvore, mas o fato de que todas essas denominações são igualmente negativas, “ significam apenas com relação às ideias inseridas em outros termos (igualmente negativos), não tem, em nenhum momento, a pretensão de se aplicar a um objeto definido em si”. Há então na língua uma tensão, a negatividade faz como que haja sempre na língua uma ausência e portanto uma possibilidade de acontecimento.

Portanto, a noção de valor permite ver o sistema linguístico além da relação dual: *significante e significado*. E é justamente pela noção de valor que vemos sugerida em Saussure uma articulação trina. Com Benveniste, vemos surgir uma nova forma de

pensamento como nos mostra Dufour(2000). É o que veremos agora.

## **2 PARA SER UM, É PRECISO SER DOIS, MAS QUANDO SE É DOIS, DE IMEDIATO SE É TRÊS.<sup>3</sup>**

Benveniste é para Dufour (2000) um dos raros pensadores a empreender uma descrição sistemática da singular dinâmica pronominal. A genialidade é atribuída porque Benveniste soube se manter firme entre as exigências filosóficas e linguísticas. “O estudo não se perde nas derivas linguísticas hiper-tecnicistas, nem tão pouco cede às banalidades filosófica”, diz o autor. (Dufour, 2000: 70)

De acordo com Lahud (1979) nos vinte e cinco anos dedicados ao estudo sobre a subjetividade na linguagem, a teoria dos pronomes, mas exatamente a definição de pessoa representa em Benveniste a pedra de toque, a peça principal à qual se prendem todas as outras. Desde o artigo de 1946, Benveniste não cessou de aludir à questão, ora para observar outros fenômenos linguísticos a sua luz, ora para reinterpretar a sua significação teórica. É justamente sob a pedra de toque benvenistiana que procuraremos nos deter.

A nossa leitura sobre a teoria dos pronomes comporta os textos escritos entre as décadas de 40 e 50, especificamente *Estrutura de relação de pessoa no verbo*, 1946, *A natureza dos pronomes*, 1956, *Da subjetividade de linguagem*, 1958, acrescidos a estes, evocamos o texto de 1970, *O aparelho formal da enunciação*.

Começemos, então, pelo texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo*.

O texto reflete a posição contrária de Benveniste (1976) em relação à concepção clássica de pessoa herdada da gramática grega. A crítica gira em torno da noção simétrica e homogênea própria aos pronomes pessoais. De acordo com Benveniste (1976: 248), ao “aliarmos numa ordem constante e num plano uniforme “pessoas” definidas pela sua sucessão e relacionadas com esses *seres* que são *eu*, *tu* e *ele*, não fazemos senão transpor para uma teoria pseudo-linguística diferenças de natureza lexical”.

Benveniste (1976) então sugere que um estudo sobre a noção de pessoa deve observar a estrutura de diferenças existentes entre estas formas linguísticas. Por isso, parte das definições empregadas pelos gramáticos árabes. Para eles, a primeira pessoa é aquela que fala, a segunda pessoa é aquela a quem nos dirigimos e a terceira pessoa é aquela que está ausente. Benveniste(1976) acredita que implícita a esta definição, encontra-se uma noção justa das relações entre as pessoas, pois revela a disparidade existente entre as primeiras e a terceira pessoa.

---

3 Dufour(2000)



O *eu* é aquele que fala e ao mesmo tempo em que fala implica um enunciado sobre ele mesmo. Quando *eu* diz *eu* não pode deixar de falar dele mesmo, diz Benveniste (1976). Enquanto que *tu* é aquele designado pelo *eu* e somente pode ser pensado dentro de uma situação proposta a partir do *eu*, ao mesmo tempo em que *eu* designa *tu*, *eu* enuncia algo como um predicado de *tu*. A relação entre *eu* e *tu* é marcada por uma reciprocidade, ao se constituir como sujeito, *eu* constitui *tu*. *Tu* está implícito ao dizer de *eu*.

Benveniste (1976) elenca algumas características pertencentes à relação constitutiva entre *eu-tu*. O *eu-tu* são indissociáveis, uma vez que é impossível dizer *eu* sem prever *tu*; são inversíveis, *eu* pode se tornar *tu* e *tu* pode se tornar *eu* e são únicos, isto é, cada vez que *eu* enuncia *tu* é ato um único, único pela ausência de repetição.

Ausente à relação pela qual se especifica *eu* e *tu*, encontra-se *ele*, Benveniste (1976: 250) questiona a legitimidade do *ele* como categoria de pessoa e entende que a terceira pessoa “comporta realmente uma indicação do enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma *pessoa* específica.” A terceira pessoa não é uma pessoa, é uma forma verbal que tem como finalidade exprimir a *não-pessoa*.

Para mostrar que primeira, segunda e terceira pessoa não estão no mesmo plano e não são homogêneas, Benveniste (1976) analisa o uso da terceira pessoa em diversas línguas como: o semítico, ugro-fínico, georgiano, caucásico, dravídico, línguas ameríndias, entre outras. No estudo, a terceira pessoa está sempre sendo tratada de forma diferente, sempre como uma não-pessoa.

*Eu-tu* e *ele* irão se opor como membros de uma correlação, chamada correlação de pessoalidade. A correlação de pessoalidade é uma relação de oposição entre a categoria de pessoa *eu-tu* e a categoria de não-pessoa, *ele*. Cabe ao *eu* e ao *tu* a marca de pessoa, estando o *ele* privado dela. Ao *ele* cabe apenas a função de representar uma invariante não pessoal. “A pessoa só é própria às posições “eu” e “tu”. A terceira pessoa é, em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoal da flexão verbal”, diz Benveniste (1976: 252). Temos assim de um lado, *eu-tu* e de outro *ele*.

*Ele* não possui nenhuma característica que é própria ao *eu* e *tu*. Não há unicidade específica no *ele*, uma vez que *ele* pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum, nem há inversibilidade, pois não existe possibilidade de relação paralela entre as primeiras pessoas e a terceira, uma vez que *ele* não designa especialmente nem ninguém, nem nada.

Entretanto, Benveniste(1976: 253) chama a atenção para o fato de que não devemos pensar a terceira pessoa como uma pessoa “apta a despersonalizar-se. “Não há aférese de pessoa, mas exatamente a não-pessoa, que possui como marca a ausência do que qualifica

especificamente *eu* e *tu*". A terceira pessoa pode assumir qualquer sujeito ou nenhum e este sujeito nunca é proposto como pessoa, somente se faz acrescentar em aposição, como um substituto abreviativo.

Embora *eu* e *tu* constituam a noção de pessoa e possuam em sua natureza inversibilidade e unicidade, essas formas linguística são também distintas entre si e se opõem uma à outra. Eis aqui a segunda oposição traçada por Benveniste: correlação de subjetividade, correlação centrada na oposição entre o *eu* e o *tu*. Mas o que diferencia o *eu* do *tu*? Benveniste(1976: 255) diz que :

O que diferencia "eu" de "tu" é, em primeiro lugar, o fato de ser, no caso de "eu" interior ao enunciado e exterior a "tu", mas exterior de maneira que não suprime a realidade humana do diálogo; pois a segunda pessoa { ... } é uma forma que presume e suscita uma pessoa fictícia e institui assim uma relação vivida entre "eu" e essa quase-pessoa além disto, "eu" é sempre transcendente em relação a "tu". Quando saio de mim para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um "tu" que é fora de mim, a única pessoa imaginável.

Tanto à interioridade quanto à transcendência são qualidades que pertencem ao *eu* e se invertem em *tu*. De acordo com Lahud (1979: 108), o *eu* é o elemento primordial da relação estabelecida entre o par *eu-tu*, fato que introduz, na questão das pessoas, um elemento totalmente novo: o *tu* é considerado como um elemento de pessoalidade, porque instaurado pelo *eu*, fora dele, em uma exterioridade que apenas pode ser pensada a partir do *eu*. "O *tu* é o Outro que mediante o processo constitutivo da realidade humana do diálogo, *eu* coloca necessariamente como a única pessoa imaginável além de *eu*. "

O *tu* como coloca Benveniste(1976) é uma pessoa *não-eu*, é uma quase pessoa, uma pessoa não subjetiva por oposição ao *eu* que é a pessoa que carrega realmente a marca da subjetividade. O *tu* pode ser utilizado fora da alocação e ocupar o lugar de uma variante impessoal. Entretanto, é preciso que se represente uma *pessoa que não -eu*, sendo assim, toda *pessoa* que se imagine é da instância do *tu*, porém não necessariamente a pessoa interpelada.

O fato do *tu* ser antes de tudo uma pessoa não-eu, uma pessoa não-subjetiva, em oposição ao *eu*, pessoa única que possui o traço de subjetividade, é responsável por introduzir, no interior da correlação de pessoalidade, uma outra relação, a de subjetividade. Desaparece, portanto, a homogeneidade entre as formas linguísticas cada uma se apresenta distribuída em planos não uniformes, estando vinculadas as funções distintas na linguagem, afirma Lahud(1979).

Benveniste (1976) não define apenas a categoria de pessoa em termos da oposição presença/ausência, mas também em termos de subjetividade. Assim, o *eu* é a pessoa subjetiva, o *tu* é pessoa não subjetiva.

Vemos então que em *Estrutura de relações de pessoa no verbo*, Benveniste(1976) reflete sobre a questão dos pronomes, chamando a atenção para a separação existente entre *eu-tu* e *ele*, há aqui a distinção entre pessoa e não-pessoa. Parece ser claro ao colocar que tudo que está fora da pessoa restrita, ou seja, fora da ordem do *eu-tu* recebe como predicado uma forma verbal de terceira pessoa, não podendo receber nenhuma outra. Então *ele* é aquele que está ausente, comporta apenas uma indicação do enunciado sobre alguém ou alguma coisa; pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum; não designa especificamente nada nem ninguém e possui como marca a ausência que qualifica *eu-tu*.

Dez anos mais tarde, em *A natureza dos Pronomes*, Benveniste(1976) apresenta os indicadores de pessoa como um fato de linguagem, defendendo que essas formas linguísticas não constituem uma classe unitária, não formam uma mesma classe, formal como as formas nominais e as formas verbais, mas sim são “espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos”. Estabelece então a separação entre signos que pertencem à sintaxe da língua e signos que são característicos das instâncias do discurso. Quais os signos então que pertencem à sintaxe da língua e quais os signos que pertencem a instância do discurso? Por instância de discurso o autor (1976: 277) entende como “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor.”

Benveniste (1976) retoma a ideia de que a definição comum dos pronomes pessoais, contendo os termos *eu*, *tu*, *ele*, abole a noção de pessoa. A noção de pessoa é própria de *eu-tu* e falta em *ele*. Dialogando com a pragmática, Benveniste coloca que o enunciado que contém *eu* pertence ao nível de linguagem que Charles Morris define como pragmático, em que estão envolvidos os signos e aqueles que o enunciam.

A realidade à qual se refere *eu* e *tu* é exclusivamente a realidade de discurso, *eu* não pode ser definido em termos de objeto ou como um signo nominal, mas apenas em termos de locução, somente pode ser identificado pela instância do discurso que o contém, a existência linguística do *eu* está no ato das palavras que o profere. Não remetem à posições objetivas no espaço e tempo, nem à realidade alguma, pertencem sim à enunciação que é cada vez única. É como nos mostra Benveniste(1979: 278)

As instâncias de emprego de *eu* não constituem uma classe de referência, uma vez que não há objeto definível como eu ao qual se possa remeter idênticamente essas instâncias. Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal [...] *Eu* significa a pessoa que enuncia a presente instância do discurso que contém *eu*<sup>4</sup>. Instância única por definição e válida somente na sua unicidade.<sup>5</sup>

---

4 Grifo nosso.

5 Referindo ao trecho destacado, Normand (2009) mostra que a particularidade referencial dos indicadores de pessoa, colocada por Benveniste, indica que sentido e referência não são distinguidos. E pela primeira vez é

Em uma definição simétrica ao *eu*, encontra-se *tu* enquanto indivíduo “alocutado na presente instância do discurso contendo a instância linguística tu”. *Eu* e *tu* são signos vazios que se tornam plenos quando são assumidos pelo locutor em cada instância do discurso. Não têm referência material, não afirmam nada, assim, não podem ser submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. A sua referência é a situação única da enunciação. É pelo signos vazios que a língua se converte em discurso. “É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como “sujeito”.<sup>6</sup> (Benveniste, 1976: 279-280).

Benveniste (1976) chama a atenção para a existência de uma dupla instância do *eu*: uma instância de *eu* enquanto referente e uma instância de discurso contendo *eu*, enquanto referido, assim temos a definição de *eu* como aquele que “enuncia a presente instância do discurso que contém a instância linguística eu”. (Benveniste, 1976: 279)

Benveniste (1976) entende que a terceira pessoa é diferente em função e natureza das primeiras pessoas. A terceira pessoa tem a função de representação e substituição. O que quer dizer que em virtude de uma necessidade de economia da língua, a terceira pessoa representa sintaticamente termos em diferentes partes do discurso, substituindo assim segmentos do enunciado ou até o enunciado inteiro.

Sendo assim, Benveniste(1976) coloca que não há nada em comum entre a função destes substitutos e os indicadores de pessoa, no caso *eu* e *tu*. A terceira pessoa figura como uma não-pessoa. Na teoria enunciativa de Benveniste, a não-pessoa distingue-se dos indicadores de pessoa pela propriedade, primeiro de se combinar com qualquer referência de objeto, segundo de não ser nunca reflexiva da instância do discurso, terceiro de abarcar um número de variantes pronominais e demonstrativas e por último de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais, a exemplo do aqui, agora.

De acordo com Lahud (1979), a distinção entre pessoa e não-pessoa revela uma oposição mais profunda, cujo traço essencial é a relação entre o sentido dos signos e a enunciação. É justamente pela impossibilidade de compreender a natureza semântica do *eu-tu* fora da enunciação que torna *eu-tu* não referenciais em relação à realidade. O mesmo não acontece ao *ele*. É a ausência da relação que torna *ele* um signo apto a designar a realidade

---

observável, claramente, a complexidade de ligação significação-referência. Fato que irá levar Benveniste, em 1956, a propor dois planos para a língua: de um lado a língua enquanto repertório de signos e sistemas de combinação, e por outro lado, a língua enquanto atividade manifesta na instância do discurso.

6 No parágrafo que comporta a citação, vemos Benveniste (1976) utilizar os termos “sujeito que fala” e “sujeito”, apenas, as expressões estão entre aspas. Entendemos em Flores(2009) que em *A natureza dos pronomes* os termos sujeito falante, pessoa, locutores e sujeito não se recobrem teoricamente.

objetiva.

Podemos então considerar que para Benveniste (1976) o par *eu/tu* pertence ao nível pragmático da linguagem, uma vez que somente tem referência na cena enunciativa, sendo definido na própria instância do discurso. O *ele* pertence ao nível sintático da língua. Benveniste (1976: 278) opõe signos vazios que remetem a si mesmo na enunciação e signos plenos, “relativos a uma noção constante e objetiva apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular”.

Ao separar os signos que pertencem a sintaxe da língua, signos plenos, isto é, categoria de não-pessoa, daqueles que pertencem à instância de discurso, signos vazios, isto é, categoria de pessoa, é a questão da referência que Benveniste (1976) chama a atenção. De um lado temos os indicadores auto-referenciais, única à realidade subjetiva do discurso, ligada ao paradigma do *eu* e de outro a referência à realidade objetiva ligada a categoria de não pessoa.

Sendo assim, Flores (2008) sugere que podemos pensar que a dêixis pertence a categoria de pessoa e os elementos não-dêiticos a categoria de não-pessoa, havendo portanto dois tipos de referência: referência dêitica, de ordem subjetiva, *eu-tu*, categoria de pessoa, signos vazios; e referência não-dêitica, ordem objetiva, *ele*, categoria de não-pessoa, signos plenos.

Neste sentido, Benveniste formula, para o autor (2008: 40), uma leitura bem diferente de dêixis se comparada as teorias lógicas e filosófica.

O mecanismo da dêixis está marcado na língua e é colocado em funcionamento cada vez que o sujeito a enuncia. Assim, os dêiticos, embora possuam um lugar na língua, são categorias vazias e subjetivas porque, sendo signos concretos somente adquirem estatuto pleno na e pela enunciação de “eu.”

Entretanto, é na própria noção de signos vazios e signos plenos que vemos sugerida a possibilidade da divisão evanescer. Conforme coloca Flores(2008) se consideramos que os signos vazios se plenificam na e pela enunciação, não podemos simplesmente afirmar que a noção de pessoa corresponde à ideia de vazio e a noção de não-pessoa corresponde à ideia de plenos. A definição de vazio, diz Flores (2008: 62),

ligada ao exercício da língua, desmobiliza qualquer possibilidade de os signos que nela não se enquadrem serem tomados como “plenos”. Ainda que se defenda que os signos relacionados à noção de não-pessoa correspondam a conceitos e, então, sejam “plenos”, sem marca de unicidade, há de se considerar que, trazidos à situação enunciativa, expressando o “mundo” sob a ótica do “eu”, passam a indicar sentido único.

No texto de 1958, *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste (1976) afirma que a subjetividade se determina pelo status linguístico de pessoa: é ego que diz ego.

Mas, o que quer Benveniste dizer quando formula *é ego que diz ego*? Flores (2009a)

sugere que o primeiro ego se refere ao locutor, ser do discurso, que utiliza a palavra e o segundo ego é efeito da enunciação, se refere ao sujeito que emerge da enunciação. Locutor e sujeito seriam, portanto, noções diferentes. Diferente do locutor, o sujeito não existe a priori, mas emana do discurso e mesmo que o enunciado não apresente a forma *eu* explicitamente, a marca linguística *eu* subjaz ao enunciado, o que quer dizer que toda língua é subjetiva.

A subjetividade é dependente da característica de inversibilidade atribuída ao par *eu-tu*. Vejamos que é a inversibilidade que assegura a intersubjetividade, apenas emprego o *eu* dirigindo-me a alguém que será em minha alocação o *tu*. A condição de diálogo é constitutivo da *pessoa* e implica em reciprocidade, isto é, “que *eu* me torne *tu* na alocação daquele que por vez se designa por *eu*”, diz Benveniste (1976: 286). Daí a consequência de que a linguagem só é possível pela capacidade de que cada locutor tem de se propor como sujeito, reportando a ele mesmo como *eu* no seu discurso.

De acordo com Benveniste (1976), a polaridade existente entre *eu* e *tu* é a condição fundamental da linguagem, *eu* propõe *tu*, aquele que apesar de ser exterior ao *eu* torna-se o seu eco. Esta polaridade, entretanto, não quer dizer simetria nem igualdade. Ao mesmo tempo em que *eu* e *tu* são complementares e reversíveis, mas somente em uma oposição interior/exterior.

Os indicadores de pessoa, como coloca Benveniste(1976: 288), foge ao status de qualquer outros signos da linguagem e se refere a algum muito particular, extremamente linguístico. “O *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor”. Sendo assim a referência do *eu* é sempre atual. É portanto no exercício da língua que está o fundamento da subjetividade.

A linguagem, é pois, a possibilidade da subjetividade pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas vazias das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua pessoa, definido-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito das quais apenas designamos sumariamente as mais aparente. (Benveniste, 1976: 289)

Benveniste (1976: 292) coloca que há uma diferença entre enunciação subjetiva e enunciação não subjetiva e diz:

Ora, aqui a diferença entre a enunciação subjetiva e enunciação não subjetiva aparece em plena luz, desde que se tenha percebido a natureza da oposição entre as pessoa do verbo. É preciso ter no espírito que a terceira pessoa é a forma de paradigma verbal(ou pronominal) que não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. *Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa eu do locutor que, enunciando-a, a situa como não-pessoa. Esse é o status. A forma ele... tira o seu valor do fato de que faz necessariamente*

*parte de uma discurso enunciado por eu.*

Se a forma *ele* tira o seu valor do fato de que faz parte de um discurso enunciado por *eu*, em um determinado momento não estaria *ele* fazendo parte também da enunciação? E quando em *A natureza dos pronomes*, Benveniste (1976) coloca que os signos vazios se plenificam na e pela enunciação, já não teríamos aí os rastros de uma relação dinâmica entre *eu, tu, ele*?

De acordo com Normand (2009) em Benveniste não há uma revolução enunciativa, a busca das marcas de subjetividade nas formas linguísticas encontra-se presente desde o princípio e irá se teorizando pouco a pouco entre hesitações e afirmações. O que acontece é que com o estudo destas marcas iniciada em 1946 e prosseguida até 1970, Benveniste amplia a noção de referência ao conjunto da situação de enunciação, sendo assim, pensamos que não há como pensar mais na distinção da língua entre um lado subjetivo e um lado objetivo.

Podemos ver em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste (1989: 84) chamar a atenção para o aspecto referencial da enunciação. E diz:

que a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir idênticamente, no consenso pragmático que fez de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação.

De acordo com Normand (2009) a vontade de ultrapassar a linguística das unidades em direção a uma linguística da frase, obriga Benveniste a introduzir o tema da referência. Enunciação e referência estão relacionadas, a língua se manifesta pela enunciação e a enunciação faz referência a uma situação, falar e sempre falar de, diz a autora(2009)

Entretanto, a referência de que fala Benveniste parece para Normand (2009) dizer respeito senão aos casos particulares da sui-referência. A posição da autora se torna mais clara quando vemos Benveniste(1989: 84) afirmar que :

o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.

E é justamente pela emergência dos índices de pessoa que aquele que fala é introduzido em sua fala. Sendo assim, cada vez que o *eu* se apropria da língua, a referência seja de uma palavra, de uma frase ou de um texto é designada pela situação de discurso.

Se a enunciação promove, como coloca Benveniste(1989) a existência de certas classe de signos, o que acontece com os outros, aqueles de estatuto pleno e permanente?

Em dois momentos, Benveniste (1989) parece ratificar a distinção entre signos vazios

e pleno. Em duas passagens do texto Benveniste(1989) parece mais uma vez chamar a atenção para a necessidade em distinguir os signos plenos dos signos vazios. Vejamos as passagens:

As formas denominadas tradicionalmente pronomes pessoais, demonstrativos, aparecem agora como uma classe de indivíduos linguísticos, de forma que enviam sempre e somente a indivíduos quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos. (Benveniste, 1989: 85)

É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de indivíduos que a enunciação cria e em relação ao aqui-agora do locutor. Por exemplo: o eu, o aquele, o amanhã da descrição gramatical não são senão os nomes metalinguísticos de eu, aquele, amanhã produzidos na enunciação. (Benveniste, 1989: 86)

Entretanto, Normand (2009) defende que quando Benveniste (1989) coloca que a enunciação é o ato mesmo de produzir um enunciado e é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta, a distinção entre a *sui* referência, aquela de estatuto único e evanescente a cada enunciação e a referência aos termos de ordem plena e permanente, não se sustenta. Na língua coloca em uso toda relação à referência depende da *sui* referência. Por que? Porque a referência, diz Normand (1989: 166) só concerne à situação cada vez única do locutor. A referência de cada palavra, frase ou texto é única cada vez que apropriada pelo locutor na instância do discurso. Além disto, Benveniste (1989) chama a cena enunciativa as grandes funções sintáticas, a interrogação, a intimação e também asserção, formas cujo estatuto se reservava ao poder da objetividade.

Podemos, então, entender com Flores (2005) que quando Benveniste traz a referência para os estudos linguísticos, não é uma referência ao mundo, mas sim uma referência ao sujeito. Se Benveniste (1989) fala que a enunciação comporta uma certa relação com o mundo, esta relação é uma relação mediada pelo sujeito, é uma relação que depende da enunciação. Como um mecanismo único de referenciação, toda língua é dêitica, “na medida em que precisa ser referida a quem a enuncia para ter sentido”, diz Flores (2005: 42). É por esta via que a não-pessoa se inscreve no cenário enunciativo. E, se toda língua é dêitica, a divisão interna da língua não existe mais, *eu, tu, ele* contracenam no palco da enunciação. Por isso, vemos Dufour (2000: 115) dizer que o trabalho de Benveniste, “é exemplar e insubstituível, na medida em que permite se perfilar, por trás das díades construídas, uma pressuposição trinitária”, as relações diádica demarcam uma realidade anterior: “o homem se exprime em e por uma forma trinitária que lhe é natural.”



## 2.1 *EU, TU, ELE: A TRINDADE NATURAL DA LÍNGUA*

Dufour (2000: 69) entende que quando a língua é falada há um sistema específico que é posto em jogo, o sistema dos pronomes<sup>7</sup>. “Quando um sujeito fala, ele diz *eu* a um *tu*, a propósito d'*ele*” e instantaneamente o sistema é posto em ação. Funcionando como um dispositivo no interior da língua, o conjunto *eu, tu, ele* inscreve os alocutários em seus lugares. Formam uma espécie de “língua prévia, uma língua de acesso à língua, uma língua na língua”, que não é dada a priori, mas que é fruto de um aprendizado. Lembrando Jakobson, Dufour (2000) chama a atenção para o fato de que o sistema dos pronomes pessoais é adquirido tardiamente pela criança, é a última aquisição importante, levando a crer que a maturação é alcançada pelo estabelecimento explícito deste dispositivo implícito. Pela dinâmica pronominal, a loucura unária do *eu* se disciplina e entra no discurso.<sup>8</sup>

Como o redobramento infundável da identidade inerente ao *eu* unário se negocia no dispositivo trinitário? Quais são as condições desse sistema? Como é organizado esse conjunto que nos organiza e nos distribui como falantes no decorrer do tempo, no decorrer do tempo da fala? Como descrever o conjunto *eu, tu, ele* que partilhamos sem jamais nos darmos ao trabalho de falar disso e que transmitimos sem mesmo prestar a atenção? São algumas questões colocadas por Dufour (2000).

A reflexão de Benveniste, na leitura<sup>9</sup> de Dufour (2000), tem como alicerce duas fórmulas as quais se constituem a arquitetura de sua análise: “*eu* é quem diz *eu*” e “*eu* não é nem *tu* nem *ele*”. Entretanto, não há, por parte de Benveniste uma elaboração sobre a forma particular desses axiomas de análise, quanto à primeira relação, uma ou duas menções sobre o termo auto-referência, a propósito do dêitico e do *eu*, e quanto à segunda relação, não há nenhuma referência à respeito da forma trinitária. O silêncio de Benveniste se mostra a Dufour(2000) como uma evidência, a ponto de tão óbvias, não despertar a necessidade de serem mencionadas.

“*Eu* é quem diz *eu*” e “*Eu*, não é nem *tu* nem *ele*, ” que tipo de relação se configura aqui? A primeira relação define o *eu* por si mesmo, enquanto que na segunda, é pela via negativa que o *eu* é definido, nem é *tu*, nem é *ele*. Não há, portanto, indícios nem de uma relação binária nem de uma relação causal, o conjunto se apresenta fechado, diz Dufour

---

7 Dufour(2000) insiste no termo sistema para definir a dinâmica pronominal

8 Por loucura unária, Dufour(2000, p. 70) define: “Aquele que porta meu corpo na língua inscrevendo-o como corpo falante, essa fórmula louca que desemboca no mundo antes de todo controle e vota, assim, o “*eu*” a perder-se incessantemente na medida mesma em que se encontra. ”

9 Dufour (2000) se detém na leitura da quinta parte dos Problemas de Linguística Geral I e II.

(2000: 71-72) em acordo com Benveniste (1976: 248) há sempre três pessoas e não há senão três. Outra consequência da estrutura de três termos, é que, como um termo só pode ser evocado caso os outros dois também sejam, não há entre eles uma relação de positividade, mas apenas de negatividade, isto é, “um termo não faz surgir positivamente o outro, mas um-um qualquer- implica negativamente os dois outros, de modo que três termos são o total necessário para definir, aqui, uma relação.”

Dufour (2000) explica que é possível decompor uma relação trina em relações binárias, mas não é possível recompor uma relação trina a partir de relações binárias e este é o caminho seguido por Benveniste, após formular o conjunto trino dos pronomes, analisa dois subconjunto binários. Temos, então, duas díades resultante de estrutura trina: de um lado a relação estabelecida pela primeira díade *eu-tu* e de outro a relação marcada pelo *eu-tu* de um lado e o *ele* de outro. As outras possibilidades de decomposição, como por exemplo, *eu/tu/ele* juntos, *eu/ele* e *tu/ele* não são exploradas por Benveniste.

Com relação a primeira díade, vimos que uma das características é que *eu* e *tu* são inversíveis, *eu* especifica somente aquele que diz *eu*, uma vez proferido imediatamente será tomado pelo *tu*. “O que o *eu* define como *tu* se pensa e pode inverte-se em *eu* e *eu* se torna um *tu*, diz Benveniste (1976: 253). Se há uma inversão, algo se troca nesta inversão. Mas, o que exatamente? pergunta Dufour (2000). Aquilo que se troca nesta inversão é a qualidade específica do *eu*, que é imediatamente transferida ao *tu*, algo logicamente impossível, singular e infinitamente importante, “a temporalidade que é *minha* quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como *sua* por *meu* interlocutor”, diz Benveniste (1989: 77). Neste ponto, Dufour (2000) lembra que além dos indicadores de tempo, o interlocutor aceita também todos os índices dêiticos e reflexivos, sejam de tempo, espaço ou pessoa. O índice *eu* é assim imanentemente *alienável*:

A primeira díade realizam pois, de imediato, sem nenhuma dificuldade, um ato prodigioso, literalmente inconcebível e, no entanto, absolutamente trivial: não somente o outro aceita, sem nenhuma discussão, as premissas fundamentais que informam meu discurso, mas além disso ele as faz inteiramente suas, *identifica-se* com elas, e são essas premissas que irão informar se próprio seu próprio discurso. Em suma, o par dos dois primeiros pronomes pessoais da tríade é um dispositivo de troca e de gestão dos efeitos da realização auto-referencial de “eu”. (Dufour, 2000: 74)

Este ato prodigioso e absolutamente trivial, só é possível porque o *eu* e *tu* são signos vazios, não-referências com relação à realidade. São conchas vazias que se tornam cheias, são uma espécie de autenticação e atualização da capacidade do homem de simbolizar, como diz Dufour (2000). Sem estas conchas não haveria comunicação intersubjetiva.

Embora compare Benveniste à genialidade de Galileu, Dufour (2000) não deixa de

mencionar o silêncio do linguista em relação às imposições e aos inconvenientes do sistema que é, na opinião do autor, a exata medida de seu eficácia: a capacidade de inversão e de alienação imanente ao *eu* e *tu* quase não se afastam da *loucura unária*. Se o *tu* torna *eu* dizendo *eu*, porque não sou ele? Se as conchas são lugares da comunicação intersubjetiva, também são de uma possível loucura. Como escapar então?

É pela unicidade, outra característica imanente ao *eu* e *tu*, que o homem poderá escapar da loucura unária. Benveniste (1976) coloca que *eu* e *tu* são únicos. Mas, únicos cada vez que são proferidos, portanto sua referência só tem existência num tempo de discurso dado, está limitada a uma só alocação<sup>10</sup>, ultrapassado este limite, diz Dufour (2000), a passagem do *eu* não é mais válida, quanto o outro diz *eu*, não se trata mais do *eu*. Sendo assim, aquilo que alicerça a comunicação intersubjetiva e ao mesmo tempo reorganiza a desordem da loucura unária é a astúcia de ceder ao *tu*, enquanto *eu*, o lugar do *eu*.

É numa rivalidade fundamental, numa luta de morte primeira e essencial, que se produz a constituição do mundo humano. [...] O ato de fala mais insignificante comporta assim, sempre a possibilidade de que eu seja intimado a anular o outro, do mesmo modo, há um momento em que posso ser posto na situação de ser eu mesmo anulado porque o outro no está de acordo. (Dufour, 2000: 79)

A díade *eu-tu* também é marcado por uma relação de transcendência. Vimos em Benveniste (1976) que *eu* é sempre transcendente em relação ao *tu*. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o *eu* é transcendente ao *tu*, *eu* sustenta *tu*. Vejamos que este *eu* é o *eu* da forma unária, *eu* é quem diz *eu*. É um *eu* auto suficiente, mas a auto suficiência coloca o *eu* em uma encruzilhada: “se o *eu* é *eu*, então a questão de saber quem é permanece intocada. *Eu* desvanece em sua evidência mesma, deixando em aberto a questão de sua própria existência como coloca Dufour (2000: 84), o *eu* só tem uma definição: “ele falta a si mesmo na sua presença mesma”, isto é *eu* é auto-suficiente, sob a condição de ser auto-insuficiente. O *tu* então que acaba de falar é sustentado pelo *eu*, se o *eu* fracassar não há díade.

Quando o homem fala, participa inevitavelmente desta relação de troca, trocando o tempo todo garante o arrimo no presente momento do aqui e agora, a medida que se fala, se fala sempre em presente. E é a eternidade, presença eterna do presente, que segundo Dufour(2000) é o segundo dado que funda a linguística da enunciação<sup>11</sup>

---

10 Locução se refere ao tempo durante o qual um alocutário assume a forma eu diante de um tu. (Dufour, 2000: 75)

11 O primeiro está ligado a uma fórmula que enrolava eu sobre si mesmo. O terceiro estaria ligado à forma trinitária do conjunto(Dufour, 2000: 87)

## 2.2 EU E TU, COPRESENTES, FALAM D'ELE,

A segunda díade é constituída pela inclusão do *ele*, assim temos de um lado *eu-tu* e de outro *ele*. *Eu e tu*, copresentes, falam d'*ele*, o ausente, formula Dufour(2000). Vimos que a primeira díade, *eu-tu*, atuava no desencadeamento da loucura unária, mesmo que ainda deixasse subsistir ameaças ao *eu e tu*, protagonistas do jogo. A inclusão do *ele* irá estabilizar as incertezas gerada pela primeira díade.

Ao mesmo tempo em que Benveniste (1976) indica que *eu e tu* são categorias de pessoa, questiona a legitimidade da forma *ele* enquanto pessoa. O *ele* não requer como o *eu e tu* presença física, podendo ser uma infinidade de sujeito ou nenhum e além disto é o único apto a predicar uma coisa. O *ele* irá marcar a ausência daquilo que qualifica *eu e tu*, *ele* é um não pessoa, é o ausente dos gramáticos árabes. Dufour( 2000) então coloca que *ele* não é nem *tu* nem *eu*, *ele* é ninguém, *ele* faz ver aquilo que não está presente: *ele* re-presenta o que está ausente, isto é, ele torna possível a cena da representação. Vimos em Benveniste(1976) que *ele* tem a função de representação.

O *ele* introduz uma heterogeneidade na relação de inversibilidade constitutiva do *eu e tu*. Enquanto *eu e tu* estabelecem uma relação inclusiva própria do campo da presença, *ele* se manifesta em uma outra relação, a disjuntiva. A relação disjuntiva, como o próprio termo diz, provoca uma disjunção, não evoca a conexão e da relação de aposição entre *eu e tu*, mas sim uma oposição inscrita na ordem da presença ou ausência, como mostra Dufour(2000). Vejamos que a relação inclusiva é da ordem da presença, *eu e tu, aqui e agora*, no presente da alocação, entretanto esta relação só é possível, em virtude de um outra relação, a disjuntiva, isto é, na medida em que os dois protagonistas expulsarem a ausência de seu campo e a delimitarem. A interioridade apenas é estabelecida com relação a exterioridade, ou seja, para que *eu e tu* estejam *aqui e agora* co-presentes é preciso que *ele* esteja lá, ausente e é esta a condição para que haja interlocução, como mostra Dufour(2000: 91)

O presente do sujeito só pode ser construído por referência à ausência. Pode-se então dizer que a comunicação-se entendermos por ela o ato de que “eu” diga alguma coisa a “tu”- se institui por uma ex-comunicação marcada, demarcada, construída no valor *ele*. *Eu(e tu)* adquire(adquirem) a certeza da sua presença quando *ele(eles)* expulsou (expulsaram) a ausência do lugar onde está(estão). O terceiro pronominaquele que significa o ausente da instância do discurso- é, pois, igualmente, o da presença dos outros.

A partir daí, Dufour (2000) reflete a relação pronominal sobre outro prisma, defende que entramos em um novo mundo, pois não há mais como pensar uma díade (*eu-tu*)/*ele* sucedendo uma outra díade *eu-tu*, mas sim em uma nova relação, a tríade *eu-tu/ele*,

impossível de decompor em relações diádicas. Atribui o nascimento do sujeito aos três tempos oriundos da dinâmica dos pronomes. Há o tempo reflexivo do *eu* unário, o tempo dual da díade *eu-tu* e o tempo trinitário da tríade *eu-tu/ele*. De um tempo a outro se organiza uma ordem que requer três exigências: desde o tempo unário do *eu* é preciso ao sujeito um *outro* para que juntos possam trocar o uso do operador *unário*, para que a relação aconteça é necessário tanto ao sujeito quanto ao *outro*, um outro outro, um *Outro* ainda, marcando a ausência.

Dufour (2000) coloca que sem a demarcação da ausência não há simbolização, pois se a ausência não é exterior, é interior e sendo a ausência interior ela devora, se *eu sou a ausência*, então *eu* me identifico com a minha própria desapareição. A ordem simbólica é inscrita na relação presente-copresente/ausência.

De acordo com Dufour(2000) a partir da tríade, *eu-tu/ele* temos um conjunto de relações. Podemos ver a relação unária do *eu* reflexivo, a relação trinitária e diversas relações diádicas. Tomando a relações diádicas *eu e tu* e *eu e tu e ele*, Dufour(2000) propõe que o *outro(tu)* e o *Outro(ele)* formam com o mesmo(*eu*) duas alteridades.

A primeira alteridade, denominada de alteridade fraca, transitiva, é gerada na relação *eu e tu*, e é marcada pelo operador de conjunção. A segunda alteridade, chamada alteridade forte, intransitiva é composta na relação *eu e tu e ele*, e é marcada pelo operador de disjunção. Logo, conclui Dufour (2000), são preciso duas alteridades para solucionar a crise das expressões unárias. É justamente as duas alteridades inscritas pela ordem trinitária que constituem as condições de discurso e sem elas diz Dufour(2000: 103)

o discurso entregue à forma unária seria apenas um universo abissal, ao mesmo tempo dramática e pitoresco, de dobramentos e desdobramentos bruscos, projetando incessantemente o sujeito da insuficiência pura à antecipação abrupta e dilacerando-o entre um autismo que sempre adia o deslanchamento e um delírio desenfreado onde a linguagem falaria sozinha.

O modelo trinitário pode atualizar-se sob relações diversas, entretanto funciona sempre da mesma maneira, como um princípio de ordem. É pela dupla articulação, transitividade e intransitividade que o conjunto trinitário controla e corrige o erro unário, a gagueira incessante do *eu* e concede a língua um princípio de inteligibilidade. A dupla relação, observável no dispositivo linguístico comum a todos os falantes, está presente como por exemplo nos eixos sintagmático e paradigmático, metáfora e metonímia. Dufour(2000) coloca de um lado o sintagma, a metonímia, a continuidade, a aposição, em suma a transitividade e por outro lado o paradigma, a metáfora, a disjunção, a oposição em suma a intransitividade.

A dupla articulação presente em diferentes formas na linguagem aparecem como

atualizações do conjunto trinitário, este ao contrário, não se encontra escondido, nem perdido, mas sim no centro do dispositivo da enunciação, a disposição imediata de todo sujeito.

A enunciação é trinitária, a relação entre *eu* e *tu* é determinada por um terceiro elemento, externo. O *ele* precisa estar ausente para que *eu* e *tu* estejam co-presentes. *Ele* é aquele que não está aqui e agora quando *eu* e *tu* falam, se refere a ausência re-presentada no campo da presença, é uma presentificação da ausência. Dufour(2000) pergunta, então, se *ele* não poderia ir além de uma ausência não-representável.

Dufour (2000) entende que Benveniste (2000) não faz menção a isto, mas observa incidentalmente dois valores atribuído a *ele*. Lembremos o trecho de Benveniste(1976: 254)

Ele pode servir de forma de alocação em face de alguém que está presente quando se quer subtraí-lo à esfera pessoal do tu (vos). De um lado a maneira de reverência[...] que eleva o interlocutor acima da condição de pessoa e da relação de homem a homem. De outro lado, em testemunho de menosprezo, para rebaixar aquele que não merece nem mesmo que se dirija a “pessoalmente” a ele. Da sua função de forma não pessoal, a terceira pessoa tira essa capacidade de se tornar igualmente bem uma forma de respeito que faz de um ser muito mais que uma pessoa e uma forma de ultraje que pode anulá-la como pessoa.

A partir de Benveniste, Dufour(2000) sugere que há um desdobramento do terceiro termo, o *ele* porta dois valores opostos, isto é duas formas de ausência: teríamos então uma ausência positivamente representada no campo da presença e por trás dela uma outra, uma ausência irrepresentável no campo da presença, uma ausência radical, inferida na obra de Benveniste a partir dos termos “anulação” ou “nenhum”. Esse *ele* Dufour(2000) escreve como *ele* barrado.

Então *ele* da estrutura trinitária se desdobra internamente, articulando uma nova díade *ele/ele* correspondente a dois valores que são inversos: promoção e minorização, isto é, *ele* de todos os sujeitos e *ele* de nenhum sujeito, ausência re-presentada e a ausência radical.

Para captar uma ausência mais radical que a ausência re-representada, escrevo “*ele*” : barro o “*ele*” de maneira a descontaminá-lo de toda forma de presença. Dessa maneira, torno a ausentificar a ausência que se tornara presente. Escrevo “*ele*” - digo, mesmo, “escrever”: escrever e calar-se, diz Dufour (2000: 110)

Mas a que corresponde o duplo valor do *ele*? Enquanto *ele* é um novo, diga-se o último efeito proveniente do desencadeamento do erro unário, o *ele* irá fixar o limite interno desse desencadeamento e o *ele* o limite externo. Ao limite do interno, isto é, no interior dispositivo trinitário, o erro originário é ordenado em relação a presença/ausência, aqui/ali, se por acaso o limite interno é ultrapassado o erro originário se dissemina em caos.

Sendo assim, em Dufour(2000) a primeira díade, *eu-tu*, produz efeitos versáteis da forma unária, mas deixa subsistir ameaças sobre os protagonistas da cena enunciativa; a

segunda díade (*eu-tu*)/ *ele* contém a ausência, possibilidade da co-presença do *eu-tu*, re-presentando a ausência no campo da presença; a terceira díade (*eu-tu/ele*)~~ele~~ indica um lugar especial em que a ausência está fora do campo da presença e da ausência. É ~~ele~~ o limite irreduzível da loucura unária que vai sendo contida aos poucos nas séries de díades. É ~~ele~~ que delimita e garante a estrutura trinitária, justamente pela perfeita exterioridade.

O ~~ele~~ é o eco último da deriva unária iniciada com o “eu”, é o termo último da cadeia de declinação constituída pelo sujeito “eu”, por seu outro “tu”, pelo “Outro” do sujeito e seu outro “ele”. ~~Ele~~ é o Outro do Outro: este termo que não existe, irrepresentável, ameaça absoluta de toda simbolização{... }Contrariamente ao que ensina a tradição, há, pois um Outro do Outro. Nada, nenhum sujeito, a ausência radical, é a alternativa da trindade. O mutismo na sua forma não-consentida, não-desempenha. O autismo? O silêncio? (Dufour, 2000: 111)

Sendo assim, quando tentamos capturar *nada*, ~~ele~~, somente capturamos *ele*. *Nada* escapa e para que *nada* não escape é preciso recusar-se a participar do jogo enunciativo. *Ele*, entre a ausência a re-presentada e a ausência radical, *ele* apresenta-se ao mesmo tempo como um substituto, um eco ensurdecido do não-representável, um simulacro uma vez que nomeia o não-representável, sendo assim, “ ele porta em si uma negação que não pode assumir totalmente”, eis a contradição que *ele* traz consigo, diz Dufour(2000: 112)

Então se há dois *ele*, podemos pensar com Dufour(2000) que aquilo que está em jogo na cena da representação é re-presentar o não-representável. Re-presentar o não-representável, é aquilo que buscamos quando nos apropriamos da língua, quando colocamos em jogo as peças do sistema linguístico.

### 3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Qualquer tentativa de conclusão em Benveniste e Saussure seria falha. Benveniste e Saussure nos deixaram um enorme quebra-cabeça que ainda precisa ser decifrado ou pelo menos a ilusão de que pode ser decifrado.

Teixeira (2004: 108) nos mostra que de acordo com Dufour (2000), podemos pensar que as formulações de Benveniste em torno do sistema pronominal e a subjetividade na linguagem subvertem a lógica binária sobre a qual a linguística se fundou, cedendo lugar a outra linguística, constituída por princípios unários e trinitários.

Partimos da afirmação de Dufour (2000: 49) de que “na linguística geral a articulação trinitária está marcada desde a origem”, nos perguntávamos: seria possível ver sugerida em Saussure uma articulação trina que não fosse pela via do referente, como traz Dufour(2000)? E, como poderíamos pensar em uma articulação trinitária em Benveniste?

Em um primeiro momento, propomos uma leitura da Saussure pensando um sistema

além das dicotomias, propondo que é pela via da noção de valor linguístico que vemos sugerida em Saussure uma linguística da ordem do três.

Partindo do CLG, vimos que a noção de valor linguístico parece definida. Entretanto os estudos de Godel (1969) e as anotações de aulas de Constantin(1993) e de Dégallier(1969) mostram um professor inquieto que parece ter refletido por muitas vezes a questão. A noção de valor linguístico se constitui em um duplo movimento de formulação e reformulação, de aproximação e distanciamento. Os questionamentos de Saussure sobre o valor aparecem opacos no CLG.

Entendemos que a noção de valor linguístico traz para o signo uma propriedade diferencial. O fato de que uma forma não significa, mas vale pela diferença, e se ela vale, ela implica na existência de outros valores, nos leva a pensar que a noção de valor linguístico provê uma língua em movimento constante, aberta à rupturas. A concepção de valor leva à compreensão de que a língua em Saussure não é um sistema estático, é um sistema dinâmico e em constante movimento, para além da ordem dual *significante e significado*.

Em um segundo momento, a partir da noção de um sistema aberto, visto além das dicotomias, vimos em Benveniste (1976:1989) pela releitura proposta por Dufour (2000), o surgimento de uma linguística trinitária.

Vimos que Benveniste (1979:1985) realiza uma leitura singular da dinâmica pronominal. Os pronomes pessoais em Benveniste(1979:1985) são o primeiro ponto de apoio para a inter(subjetividade). Antes da década de 70, Benveniste(1979:1985) parece dividir a língua em dois lados, um lado subjetivo, *eu-tu*, e um lado objetivo *ele*, mas em Normand (2009) podemos observar que a partir de 1970, do texto *Aparelho Formal da Enunciação*, esta divisão não se mantém. A referência faz parte da enunciação e toda a língua é dêitica.

Retomando Benveniste, Dufour(2000) defende que o dispositivo trinitário é o sistema específico dos pronomes. Dufour(2000) atribui o nascimento do sujeito aos três tempos da dinâmica pronominal. Há um tempo reflexivo, do *eu* unário, *dual*, na díade *eu-tu* e trinitário, da tríade *eu-tu/ele*. Além disso, Dufour(2000) propõe o desdobramento do termo *ele* em ~~ele~~. Dufour (2000) afirma que há uma trindade natural da língua e que o homem se exprime *em e por* uma forma trinitária que é natural.

Portanto, diante de tudo que foi exposto, pensamos que tanto em Saussure quanto em Benveniste podemos enxergar uma linguística além da ordem do dois. Em Saussure, o três encontra-se sugerido, em Benveniste, o três é acontecimento, a enunciação é trinitária.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
2. BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral II. Campina, São Paulo: Fontes, 1989.
3. DE MAURO, Tullio. “Notas”. In: SAUSSURRE, Ferdinand. Cours de Linguistique Générale. 4. ed. Paris: Payot, 1995. (notas traduzidas/ não paginado).
4. DUFOUR, Dany Robert. Os mistérios da trindade. Rio de Janeiro: Campanhia de Freud, 2000.
5. FLORES, Valdir, TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
6. FLORES, Valdir, et al. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
7. FLORES, Valdir, MELO, Vera. *Enunciação, texto, gramática e ensino de língua materna*. In: Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 45, p. 193-218, jan./jun. 2009a Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>>
8. FLORES, Valdir, et al. *Enunciação e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.
9. FLORES, Valdir. Por gosto de Benveniste? In: *Letras de Hoje*. V 39, n 4. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
10. GODEL, Robert. *Les sources manuscrites du cours de linguistique générale de F. De Saussure*. 2. ed. Genebra: Librairie Droz S. A, 1969.
11. KOMATSU, Eisuke; HARRIS, Roy. (Eds. ). *Saussure’s third course of lectures on general linguistics (1910-1911): from the notebooks of Emile Constantin*. Oxford: Pergamon Press, 1993.
12. LAHUD, Michel. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.
13. NORMAND, Claudine. *Convite à Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.
14. NORMAND, Claudine, et al. *Le sujet entre langue et parole(s)*. Langages n 77. Paris. 1985.
15. NORMAND, Claudine. *Os termos da enunciação em Benveniste*. In OLIVERIA, S. L; PARLATO, E. M; RABELLO, S(orgs) *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996.
16. SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.
17. SAUSSURE, Ferdinand. *Escritos de Linguística Geral*. Org. Bouquet Simon; Engler

- Rudolf. São Paulo: Cultrix, 2004.
18. SILVEIRA, Eliane Mara. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da lingüística*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
  19. TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUC, 2000.
  20. TEIXEIRA, Marlene. Benveniste: um terceiro gesto? In: *Letras de Hoje*. V 39, n 4. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

**ABSTRACT:** Starting from the assertion of Dufour (2000: 49) that "in general linguistic the trinity articulation is marked from the outset", this article attempts to answer the following questions: would it be possible to see suggested at Saussure a trine relationship that is not by the referent, as Dufour (2000) brings? And, how do we think of trinity at Benveniste's work? To answer these questions, firstly thinking further than a system of dichotomies, we performed a reading of Saussure's work, proposing that it is through the notion of linguistic value that we see a trinity articulation suggested in Saussure. In Benveniste's theory of pronouns we see a singular thinking, as shown by Dufour (2000). We believe that either at Saussure or at Benveniste we can see an linguistic that goes further the order of two. In Saussure the three is suggested, in Benveniste the three is happening, the enunciation is trinity.

**KEYWORDS:** Benveniste; Saussure; trinity; langue.

Recebido no dia 30 de novembro de 2010.

Artigo aceito para publicação no dia 01 de março de 2011.